

## A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OLHAR SOBRE QUESTÕES AMBIENTAIS E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Bárbara Leonora Souza de Miranda<sup>1</sup>

### RESUMO

A progressiva ampliação da influência de questões ambientais nas mais diversas áreas econômicas e sociais, exige que o administrador esteja atento às novas discussões a ele posta, preparando-o para o impactar destas questões em suas decisões organizacionais, fazendo-o considerar as consequências destas nos sistemas a ele entrelaçados. A Economia Ecológica, constitui-se em um campo multidisciplinar, convive com diferentes visões e até correntes divergentes que tentam explicar o funcionamento do sistema econômico assim como as interconexões existentes entre este e os

sistemas naturais. A análise dos pontos destacados, no texto a seguir, indica possíveis caminhos para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico. Ainda que não se acredita que o desenvolvimento de ações pontuais e específicas sejam capaz de subsidiar o desenvolvimento sustentável, por ser a questão ambiental tema transversal que requer a integração de várias perspectivas, a discussão aqui iniciada é uma tentativa de reforçar a necessidade de atenção ao tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Ecológica; Desenvolvimento Sustentável; Meio Ambiente, Gestão Ambiental.

### ABSTRACT

The gradual expansion of the influence of environmental issues in various economic and social areas, requires the administrator to be aware of the new discussions put it, preparing it for the impact of these issues on their organizational decisions, making him consider the consequences of the it interlaced systems. The Ecological Economics, is on a multidisciplinary field coexists with different views and even divergent currents that attempt to explain the operation the economic system as well as the interconnections between this

and natural systems. The analysis of the salient points, in the following text indicates possible pathways for the development and implementation of focused on socioeconomic development policies. Even if one believes that the development of specific and specific actions to be able to support the sustainable development, the environmental issue to be cross-cutting issue that requires the integration of multiple perspectives, to discussion started here is an attempt to reinforce the need for attention to theme,

**KEY-WORDS:** Ecological Economics; Sustainable Development; Environment, Environmental Management.

<sup>1</sup> Graduada e Mestre em Administração e Professora EBTT do Instituto Federal da Bahia - IFBA. Também membro Núcleo de Pesquisas em Administração Pública e Regulação da Universidade Salvador - UNIFACS. E-mail: barbaramiranda01@yahoo.com.br

## Introdução

As últimas décadas tem sido marcadas por uma progressiva ampliação da influencia de questões ambientais nas mais diversas áreas econômicas e sociais. No campo multidisciplinar da Economia Ecológica convivem diferentes visões e até correntes divergentes que tentam explicar o funcionamento do sistema econômico assim como as interconexões existentes entre este e os sistemas naturais, levando em consideração as variáveis do mundo biofísico onde os processos econômicos acontecem, de forma que, torna-se cada vez mais clara a visão de que o desenvolvimento econômico deve respeitar certas limitações impostas pela biosfera.

Ainda que desde dos anos 70, a questão ambiental tenha se institucionalizado nas Nações Unidas, o tema ganhou expressividade a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1992, resultando em um documento denominado Agenda 21. A Agenda 21 é um programa de ação, desenvolvido em 40 capítulos, que constitui uma tentativa de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Neste cenário, espera-se do administrador uma olhar sistêmico capaz de relacionar as demandas de mercado, em busca de resultados financeiros positivos, com prática administrativas diferenciadas de forma a observar as novas dimensões propostas a ele, como a exemplo da Agenda 21, em prol do desenvolvimento sustentável.

Para Fayol, principal pensador da Teoria da Administração Clássica, existem quatro funções básicas na administração, sendo elas: planejar, organizar, comandar (leia-se nos dias atuais liderar) e controlar. Estas possuem como objetivos levar a organização a alcançar o propósito definido pelas mesmas. Entretanto, como bem lembrado por Cruz, Andrade e Martins (2011) tais funções devem partir do pressuposto de uma visão sistêmica, ou melhor, de uma estratégia sistêmica adotada pelos gestores. Reforçando o dito, estes autores lembram as palavras de Whittington (2002, p.31-32):

*[...] aqueles que tomam decisões não são simplesmente indivíduos imparciais, calculistas, interagindo em transações puramente econômicas, mas pessoas profundamente enraizadas em sistemas sociais densamente entrelaçados.*

Pelo exposto verifica-se a necessidade do Administrador está sempre atento às novas discussões a ele posta, e como estas irão impactar nas decisões organizacionais. O desafio ao administrador é gerenciar uma organização de forma a atingir os resultados dele esperado com eficiência e eficácia, mas também considerando as consequências das suas decisões nos sistemas a ele entrelaçados. Daí o intuito de trazer esta discussão para sessão.

Apresenta-se este trabalho como Ensaio Teórico como forma de apresentar os primeiros achados da pesquisa, por entender que este consiste em exposição lógica, reflexiva e argumentativa de estudos realizados. Buscou-se ter uma rigorosa análise dos textos, ainda que tenha havido um alto nível de interpretação e julgamento pessoal, comum a este tipo de trabalho, o Ensaio Teórico. É sabido que no ensaio há maior liberdade por parte do autor, no sentido de defender determinada posição sem que tenha que se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica, como acontece em trabalhos de outra natureza.

## Desenvolvimento Sustentável e o contexto econômico

Já há certo consenso em torno da ideia de que o desenvolvimento sustentável é um processo que não se reduz a mero crescimento econômico, mas sim pela observação de cinco pilares básicos: social, ambiental, territorial, econômico e político. Entretanto, como defendido por Vale e Andrade (2011), o grande diferencial entre a chamada Economia Ecológica em relação à análise econômica convencional é a visão pré-analítica de que o sistema econômico está contido em um sistema maior que o sustenta e do qual é dependente. O argumento mais lógico dessa visão é que as bases para a prosperidade das sociedades humanas não devem estar exclusivamente no crescimento econômico, uma vez que este último é limitado em última instância pelos limites biofísico do planeta Terra.

Embora o elo comum entre o heterogêneo grupo dos economistas ecológicos seja o entendimento de que, de fato, não é possível prolongar indefinidamente o crescimento econômico, essa unanimidade não é observada no campo teórico mais amplo das ciências econômicas. Mesmo que economistas “não-ecológicos” tendam a reconhecer a problemática ambiental como importante, aquela visão pré-analítica diferenciadora não é incorporada nos esquemas analíticos convencionais.

Para Daly *apud* Saes e Colombini Neto (2011), o sistema econômico não pode ser considerado um sistema isolado, uma vez que as atividades econômicas ocorrem dentro de um todo maior, que é o ecossistema. Como um subsistema do ecossistema, a atividade econômica não pode crescer infinitamente e deve respeitar os seguintes limites biofísicos: i) tamanho fixo do ecossistema; ii) a dependência do consumo de recursos de baixa-entropia do ecossistema e lançamento de resíduos de alta-entropia no meio ambiente; iii) as complexas conexões ecológicas que se tornam mais frágeis à medida que cresce a escala do subsistema econômico em relação ao sistema total.

Nesse sentido, estudos no campo da Economia Ecológica, confirmam as crescentes evidências do agravamento dos impactos ambientais, sugerindo uma restrição absoluta à expansão da atividade econômica, uma vez que ela é um subsistema de um todo maior e que depende da entrada de recursos naturais e da saída de resíduos. De forma que, se a economia e a sociedade contemporânea continuarem privilegiando o crescimento econômico, optar-se-á por saturar o sistema de forma acelerada, inviabilizando a produção de material para as próximas gerações. Por outro lado, se a escolha for no sentido contrário, de impor limites à atividade humana, terá que viabilizar o aumento do bem-estar e a estabilidade econômica por outras vias, que não as de enfoque das atuais políticas governamentais.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) o termo “desenvolvimento sustentável” surgiu no início da década de 80 sendo consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão Brundtland, que

produziu um relatório considerado básico para a definição desta noção e dos princípios que lhe dão fundamento.

De acordo como Relatório Brundtland o

*desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem meter a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (NOSSO, 1988 *apud* IBGE, 2012).*

Para Sociedade Brasileira de Economia Ecológica – ECOECO (2014) a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, sustenta-se no conflito entre o atual modelo de crescimento adotado e a preservação dos recursos ambientais e que a finitude destes recursos constitui-se no limite do próprio desenvolvimento econômico. Para ela, a crítica ambientalista, surgida inicialmente nos meios científicos e ambientalistas, foi “progressivamente adentrando o campo da ciência econômica, dado ser o funcionamento do sistema econômico o objeto central da crítica”. E que a crítica ambientalista do final dos anos 60 e anos 70, que colocou a Questão Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável na ordem do dia da agenda inclusive do mainstream econômico, está justamente na “raiz do que veio posteriormente a constituir-se enquanto a Economia Ecológica”.

Ainda com relação a crítica ambientalista, esta origina-se no “terreno das ciências físicas e biológicas, onde a partir de diferentes disciplinas e especialidades relacionadas às questões ambientais, ecológicas e energéticas” veio-se paulatinamente no decorrer do tempo desenvolvendo estudos sobre o funcionamento do sistema econômico e das inter-relações entre este e o sistema ambiental. A linha de raciocínio crítico ao atual processo de crescimento econômico com base nos princípios e conceitos biofísicos ambientais e ecológicos envolvidos, levou naturalmente a que estes princípios entrassem na discussão em torno da própria natureza do processo econômico e de suas relações com os recursos ambientais. Assim,

configurou-se um campo próprio de análise do sistema econômico, com base em “conceitos e ferramentas biofísico-ecológicos, denominado ‘bioeconomics’, o qual veio produzindo abordagens e resultados diferenciados (e mesmo divergentes) dos encontrados pelas teorias econômicas convencionais.” (ECOECO, 2014).

Apartir dessa abordagem “bioeconômica” consolidou-se a Economia Ecológica. Ainda que suas motivações e fundamentações reportem ao próprio desenvolvimento da Questão Ambiental, a Economia Ecológica só irá se estabelecer enquanto corrente mais efetivamente nos anos 80, com a fundação da International Society for Ecological Economics (ISEE) em 1988 e com a criação da revista Ecological Economics em 1989.

*A Economia Ecológica funda-se no princípio de que o funcionamento do sistema econômico, considerado nas escalas temporal e espacial mais amplas, deve ser compreendido tendo-se em vista as condições do mundo biofísico sobre o qual este se realiza, uma vez que é deste que derivam a energia e matérias-primas para o próprio funcionamento da economia. Uma vez que o processo econômico é um processo também físico, as relações físicas não podem deixar de fazer parte da análise do sistema econômico, o que a tornaria incompleta. Com isso, a natureza do problema envolve elementos tanto econômicos quanto biofísicos. Por sinal, o descaso ou pouca relevância atribuída aos atributos biofísicos da economia nos modelos da economia convencional veio sendo assim um principal ponto de crítica e motivação da Economia Ecológica. (ECOECO, 2014).*

O reconhecimento da importância do elo entre o sistema econômico e o ambiente natural, fortaleceu a Economia Ecológica, pelo propósito de integrar de forma analítica os componentes econômicos com o sistema ambiental, de forma a compreender o seu funcionamento. Destarte, houve a clara distinção tanto da “economia convencional” quanto da “ecologia convencional”, consentindo dessa forma definir a Economia Ecológica enquanto um campo transdisciplinar no qual busca-se a integração entre as disciplinas da economia e da ecologia, e das demais disciplinas correlatas, assegurando uma análise integrada dos dois sistemas. De forma que a Economia Ecológica não refuta

conceitos e instrumentos da “economia convencional” e da “ecologia convencional”, podendo utilizá-los sem com isso reconhecer suas limitações, demonstrando a necessidade do desenvolvimento de novos conceitos e instrumentos deste campo de conhecimento em sedimentação.

### O desafio posto

Parece um tanto quanto difícil viabilizar politicamente uma economia que abandone a obsessão pelo crescimento e que, portanto, respeite os limites biofísicos do planeta. No entanto, pesquisas recentes, ao abordarem tais questões, têm discutido um ponto fundamental que torna o abandono do objetivo fundamental de crescimento econômico simplesmente inimaginável para a grande parte dos governos. Vale ressaltar que parcela destes trabalhos surgem como resposta a crise financeira de 2007. Eles afirmam que, ao contrário do que os economistas e políticos têm sugerido, este seria um momento oportuno para se questionar o crescimento econômico. O Relatório *The Great Transition*, publicado em junho de 2010, enfatizou que o objetivo de atingir níveis elevados de crescimento pela liberalização econômica – além de depender da visão irreal de limite biofísico infinito da Terra – não foi acompanhado pelo desenvolvimento de bases consistentes de crescimento. A instabilidade da economia sob orientação liberal, caracterizada pelas ocorrências de booms seguido de crises do sistema, foi inclusive responsável por agravar a desigualdade social (SAES; COLOMBINI NETO, 2011).

Os autores sustentam, ainda, a inviabilidade ecológica e econômica a longo prazo da manutenção da trajetória de crescimento financeiro iniciadas nas últimas décadas. Em outras palavras, a estabilidade econômica depende da validação das dívidas que, no entanto, só podem ocorrer pelo crescimento econômico. Porém, este crescimento não pode prosseguir indefinidamente, uma vez que é restringido pelos próprios limites materiais do planeta. Logo, no sistema econômico dirigido pelas finanças, a sustentabilidade econômica só pode prosseguir ao custo da crescente insustentabilidade ecológica, mas não indefinidamente, pois há restrições concretas ao crescimento.

Para Vale e Andrade (2011), a questão das limitações ao crescimento econômico deve ser

enfrentada pela tentativa de responder a três perguntas principais: i) qual é a escala sustentável e escala ótima do sistema econômico?; ii) qual é a escala do atual sistema econômico e as possíveis consequências de um “overshooting” dos limiares ecossistêmicos?; iii) quais são as implicações para a política de um sistema adaptado às condições de finitude? . Ao longo do texto, serão tratados alguns pontos, constituintes de possíveis soluções para as questões postas.

### Limites e possibilidades

Embora comece a se vê uma crescente adesão à ideia de que a escala do atual sistema econômico e os padrões de consumo decorrentes do estilo de desenvolvimento em curso são insustentáveis do ponto de vista ecológico e também econômico, percebe-se que ainda a existência de serias lacunas no que diz respeito à mensuração das escalas atuais do sistema econômico, bem como à escala ótima que este deveria assumir. Avaliações biofísicas e econômicas dos impactos humanos sobre os ecossistemas e sua resiliência são condições sine qua non para a elaboração e implementação de políticas que visem ao desenvolvimento sustentável. Mesmo que incertezas e a falta de uma clara e completa compreensão dos processos ecológicos, dificultem ou mesmo inviabilizem análises sobre a magnitude da escala humana, é preciso a integração transdisciplinar para a construção de referenciais que elucidem limiares seguros até os quais a atividade econômica pode avançar.

Segundo Bourscheidt e Dalcomuni (2011), entre os diversos pontos abordados na Agenda 21, vista anteriormente, os capítulos 8 e 40 focaram justamente na necessidade de se construir um metodologia mais adequada para a mensuração de escalas que conduzam a sustentabilidade do desenvolvimento. A partir daí a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas CDS-ONU, aprovou em 1995, o Programa de Trabalho sobre Indicadores de desenvolvimento sustentável e convidou organizações do Sistema das Nações Unidas e organizações intergovernamentais para, sob sua coordenação, implementar os elementos-chave do Programa. O principal objetivo do Programa de trabalho da CDS foi desenvolver um projeto de IDS – Índices de Desenvolvimento Sustentável acessíveis aos tomadores de

decisão em nível nacional, definindo-os, elucidando suas metodologias e fornecendo treinamento e outras atividades de capacitação, tendo como prazo para a realização de todo esse processo, o período compreendido entre os anos de 1995-2000.

No Brasil, os indicadores de desenvolvimento sustentável foram lançados pelo IBGE no ano de 2002 e reformulados e atualizados nos anos de 2004, 2008, 2010 e 2012. Este indicadores consistem no agrupamento de uma série de informações disponibilizadas pelo IBGE e por outras entidades oferecendo uma base de indicadores sólida e robusta para o auxiliar na mensuração da sustentabilidade do desenvolvimento deste país. A metodologia adotada pelo IBGE segue o método elaborado pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas e recomendado pela Agenda 21, contudo, até o momento o IBGE não conseguiu adequar totalmente sua metodologia as orientações da CDS-ONU.

Para o IBGE (2012),

*Indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem. Indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável. Devem ser vistos como um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável e não como um fim em si mesmos. Valem mais pelo que apontam do que pelo seu valor absoluto e são mais úteis quando analisados em seu conjunto do que o exame individual de cada indicador. (IBGE, 2012).*

Ou seja, os indicadores são validos para “identificar variações, comportamentos, processos e tendências; estabelecer comparações entre países e entre regiões dentro do Brasil; indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas”; e, por consequência da sua forma de escrita, servir de manual aos diversos públicos de interesse do tema de forma a facilitar o seu entendimento. Este indicadores estão dispostos em quatro dimensões: dimensão ambiental, dimensão social, dimensão econômica e dimensão institucional, descritas de

forma sucinta a seguir:

### Quadro 1 - Os indicadores de desenvolvimento sustentável

DIMENSÕES	OBJETIVOS	TEMAS CORRELATOS
<b>AMBIENTAL</b>	Discutir o uso dos recursos naturais e à degradação ambiental. Ou seja, está relacionada aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais para a qualidade de vida das gerações atuais e o benefício das gerações futuras	<ul style="list-style-type: none"> <li>- atmosfera;</li> <li>- terra;</li> <li>- água doce;</li> <li>- oceanos,</li> <li>- mares e áreas costeiras;</li> <li>- biodiversidade; e</li> <li>- saneamento.</li> </ul>
<b>SOCIAL</b>	Corresponde, especialmente, aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Eles procuram retratar o nível educacional, a distribuição da renda, as questões ligadas à equidade e às condições de vida da população, apontando o sentido de sua evolução recente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- população;</li> <li>- trabalho e rendimento;</li> <li>- saúde;</li> <li>- educação;</li> <li>- habitação; e</li> <li>- segurança.</li> </ul>
<b>ECONOMICA</b>	É a dimensão que se ocupa da eficiência dos processos produtivos e das alterações nas estruturas de consumo orientadas a uma reprodução econômica sustentável de longo prazo. Outros aspectos desta dimensão são organizados nos temas quadro econômico e padrões de produção e consumo. O tema quadro econômico trata de aspectos ligados à dinâmica macroeconômica do País, que refletem, de maneira mais direta, a trajetória da economia brasileira nos anos recentes, através do crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, do grau de endividamento, da balança comercial e da taxa de investimento. O tema padrões de produção e consumo reflete a forma como os recursos naturais (petróleo, gás natural, minérios) estão sendo utilizados no País. Analisa as perspectivas de esgotamento de alguns desses recursos, como o petróleo e o gás natural. Além das estratégias ligadas ao gerenciamento dos rejeitos do processo produtivo também são abordadas, nos indicadores de reciclagem, coleta seletiva e geração e armazenamento de rejeitos radioativos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- esgotamento dos recursos naturais;</li> <li>- produção e gerenciamento de resíduos; e</li> <li>- uso de energia.</li> </ul>
<b>INSTITUCIONAL</b>	Diz respeito à orientação política, capacidade e esforço despendido por governos e pela sociedade na implementação das mudanças requeridas para uma efetiva implementação do desenvolvimento sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- investimento em ciência e novas tecnologias;</li> <li>- participação da sociedade civil na governança do desenvolvimento;</li> <li>- arranjos institucionais, a exemplo do Comitês de Bacias Hidrográficas e do Fórum da Agenda 21 Local</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2012).

Bourscheidt e Dalcomuni (2011), sustentam que a construção de indicadores de desenvolvimento sustentável mostram-se primordiais para a mensurar eventos presentes e passados e auxiliar na previsão de eventos futuros podendo, desta forma, ser utilizados para o delineamento de políticas públicas. A tomada de consciência em relação à necessidade de inserção e os resultados alcançados até o momento, em termos de construção de metodologias de indicadores de desenvolvimento sustentável, embasaram-se em um longo caminho de discussões em nível internacional acerca da necessidade de modelos sustentáveis de desenvolvimento e busca por teorias e instrumentos de intervenção econômica e social. Estes modelos inovadores apresentam-se como desafios contemporâneos, em especial no que se refere aos temas relativos ao desenvolvimento econômico, secularmente questão basilar na história do pensamento econômico.

Os idealizadores dos relatórios de IDS do IBGE deixam claro que sua pretensão com a divulgação dos seus relatórios se entende apenas ao estímulo de novas demandas e identificação de novas parcerias que estejam dispostas a “abraçar” a tentativa de conquista do desenvolvimento sustentável, ex-

cluindo totalmente a possibilidade de exaustão do tema. A elaboração do Relatório IDS 2012, última versão divulgada, contou com 69 entidades colaboradoras (agências estaduais de meio ambiente e recursos hídricos, Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel), Banco Central do Brasil (Bacen) entre outros) escolhidas por apresentarem uma base estatística sólida e por serem úteis de alguma forma no debate sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade nacional.

Nesse sentido, algumas outras questões são levantadas em vista ao desafio do desenvolvimento sustentável. Uma delas refere-se às “fronteiras planetárias”, dentro das quais se espera que a espécie humana possa “operar” de maneira segura. A transgressão (overshooting) de uma ou mais fronteiras pode desencadear mudanças abruptas e não lineares em escalas continentais ou mesmo escala global. Estudos sobre o referido tema, identificaram 9 fronteiras planetárias, das quais 7 delas já possuem conhecimento científico disponível para mensuração, a exemplo das mudanças climáticas, taxa de perda de biodiversidade, acidificação oceânica, uso global da água doce, entre outros (VALE; ANDRADE, 2011).

Pesquisas feitas recentemente levaram a resultados pouco animadores. Os dados mostram que a escala humana vem transgredindo pelo menos três fronteiras planetárias (taxa de perda de biodiversidade, ciclo do nitrogênio e mudanças climáticas). Isto significa que os valores seguros para operações humanas já foram ultrapassados nestes sistemas, indicando a possibilidade (ainda desconhecida) de mudanças ambientais potencialmente catastróficas. Tais resultados são ainda mais alarmantes quando se constata que as várias fronteiras são interrelacionadas, o que faz com que o overshooting de algumas delas possa levar à ruptura de outros sistemas.

Os estudos feitos por Rockström et al. em 2009 possuem grande destaque pelo fato de que pela primeira vez há um esforço explícito para a quantificação das escalas sustentáveis e do atual “desempenho” da atividade humana com relação aos valores considerados seguros para a preservação da estabilidade típica do período do Holoceno (período relativo a evolução do estágio do homem caçador para estágio de intervenção cada vez mais

agressivo ao meio ambiente). A discussão sobre os limites ao crescimento impostos pela capacidade de resiliência dos ecossistemas terrestres vem se intensificando principalmente no âmbito das disciplinas que visam à integração analítica de várias perspectivas. Todavia, tal discussão somente ganhará maior aderência a partir do momento em que forem estabelecidas as fronteiras que devem ser respeitadas e conhecidas as ordens de sua magnitude.

Outra questão a ser enfrentada pela sustentabilidade, ainda que complexa, é a ideia de redução do papel que as mercadorias exercem sobre o bem-estar (popularidade, imagem e sucesso financeiro), e maximização do papel de formas diretas de sociabilidade: auto-estima, família, identidade, amizade, participação, propósito de vida e pertencimento a uma comunidade, ou seja, coesão social. Para isso, será necessário, que se corrija os perversos incentivos a competição de status, totalmente improdutivos e insustentáveis, e que se estabeleçam estruturas habilitadas a fornecer desenvolvimento às pessoas sem a necessidade de consumo material. Tecnologias, infraestruturas, instituições e normas sociais devem ser redirecionadas para a promoção do altruísmo e para o fim da necessidade de constante consumo (JACKSON apud VALE; ANDRADE).

Entretanto, é preciso se criar, paralelamente, uma cultura que estimule a redução do papel das mercadorias nas sociedades e isso passa invariavelmente pela discussão do papel da mídia. E enfrentar a loucura do consumismo é uma estratégia necessária a essa tarefa. Ou seja, a substituição da esfera mercantilista pela sociabilidade: trabalho voluntário, esportes, educação, etc. A maneira como é feita a publicidade nas sociedades capitalistas está na raiz do consumismo desenfreado e da mercantilização da vida.

Pode-se citar ainda uma atuação mais intervencionista do Estado, por meio de uma política tributária que desincentive a produção de bens nocivos ao meio ambiente e imponha limites ao fluxo de matéria prima e energia, por meio de impostos ou limites quantitativos, que farão com que se diminua o retorno de investimentos em atividades de elevado throughput, ou mesmo a aplicação de impostos específicos sobre tais investimentos. Me-

didadas tão drásticas deve-se ao fato, que não existe nesta área mercados eficientes que possa por se só determinar os níveis de sustentabilidade.

## Conclusões

Pela exposto neste ensaio, faz-se necessário o aprofundamento das discussões em torno do tema da escolha pública, onde se trava os debates entre liberdade individual e bem comum, de forma a tomar decisões muitas vezes contrárias à preferência manifestadas por muitos agentes econômicos, além das necessárias políticas explícitas para a limitação das possibilidades de usufruto e exploração dos recursos naturais.

Isso porque, como defende Presas (2011), o homem mesmo consciente do problema ético que o desenvolvimento econômico traria às futuras gerações, dificilmente conseguiria abrir mão de seus desejos desenfreios pelas facilidades e luxúrias oriundas do consumismo.

Assim, entre tantas outras possíveis medidas em busca do desenvolvimento sustentável, a educação não poderia deixar de ser citada, vez que esta exerce papel central na formação de valores da sociedade, principalmente no sentido de desestimular o consumo material e de incentivar a aferição de bem-estar a partir de valores intrínsecos como os de amizade, família, participação comunitária, solidariedade entre outros.

A análise dos pontos destacados indica possíveis caminhos para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico. Assim, não se acredita que o desenvolvimento de ações pontuais e específicas seja capaz de subsidiar o desenvolvimento sustentável, por se tratar a questão ambiental tema transversal que requer a integração de várias perspectivas para a busca de soluções que considerem simultaneamente a sustentabilidade ecológica, a justiça distributiva e a eficiência econômica.

## Referências

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOURSCHEIDT, Deise Maria; DALCOMUNI, Sonia

Maria. Indicadores de desenvolvimento sustentável: o desafio brasileiro na mensuração da sustentabilidade do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 9., 2011, Brasília. Anais... 2011.

CRUZ, Luiz Carlos da; ANDRADE, Marcelo Angelo; MARTINS, Daniela Lara. Sistemas de gestão ambiental nas organizações: uma síntese da responsabilidade administrativa. In: CONVIBRA ADMINISTRAÇÃO – CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 8., 2011. Anais eletrônicos. 2011. Disponível em: <[http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm\\_3016.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3016.pdf)> Acesso em: 31 set. 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2012.

PRESAS, Carolina Soledad. A economia ecológica e suas possibilidades interpretativas sobre sustentabilidade do processo de desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 9., 2011, Brasília. Anais... 2011.

ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, v.14, n.2, p.32, 2009.

RODRIGUES, Arlete Moisés. Desenvolvimento sustentável: teorias, debates, aplicabilidade. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

SAES, Beatriz Macchione; COLOMBINI NETO, Iderley. Insustentabilidade financeira e limites ecológicos na economia contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 9., 2011, Brasília. Anais... 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA – ECOECO. [Portal institucional] 2014. Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br>> Acesso em: 31 set. 2014.

VALE, Petterson Molina; ANDRADE, Daniel Caixeta. “Fronteiras Planetárias” e limites ao crescimento: algumas implicações de política econômica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 9., 2011, Brasília. Anais... 2011.

WHITTINGTON, R. O que é estratégia. São Paulo: Thomson, 2002.